

06 JUN 1988

Comissão da Dívida Externa quer vetar novo acordo com FMI

BRASÍLIA — A Comissão da Dívida Externa do Senado Federal pretende impedir que o país assine um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, sem consultar o Congresso Nacional, informou o presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). Segundo Chiarelli, o governo está acelerando os entendimentos com o FMI para assinar um acordo antes que seja promulgada a nova Constituição. "A Constituição, depois de votada, impedirá qualquer acordo internacional que represente custos para o país", explica o senador.

Reunião — "É inaceitável que um acordo com o FMI, que afetará até a geração que não nasceu, pois seus efeitos valem por 20 anos, seja feito apressadamente para fugir ao controle do Congresso", critica o presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, que anunciou uma reunião dos nove membros da Comissão, quarta-feira, para discutir o assunto. "Os credores sabem disso e vamos deixar claro para eles que sabemos que eles sabem", diz Chiarelli, que pretende "prevenir os credores para possíveis reações da sociedade e do Congresso contra esse acordo".

Para Chiarelli, o artigo 58 da Constituição, que impede acordos internacionais que gerem custos para o Brasil sem que antes sejam apreciados pelo Congresso, é uma "pré-decisão jurídica", que pode garantir apoio legal para a contestação do acordo com o FMI. "Acelerar um acordo para fugir do Congresso é uma postura aética do governo, passível de ser invalidada", ameaça.

"Estão repetindo a estratégia da década de 70, que nos colocou como campeões da dívida na América Latina", garante o senador. Ele e o vice-presidente da Comissão, Fernando Henrique Cardoso, são co-autores de documentos de quase 200 páginas sobre a dívida externa brasileira que foi distribuído aos senadores na última semana e deverá ser discutido nesta quarta-feira. No documento, eles apontam que, em quatro anos, de 1983 a 1986, o Brasil pagou, em juros e serviço da dívida, US\$ 43 bilhões, mais do que toda a dívida acumulada até 1973; e, nesse período, longe de diminuir, a dívida externa brasileira aumentou em mais US\$ 31 bilhões.

"E não se vá dizer que essa dívida foi essencial ao crescimento, porque, desde 1982, o país não recebe dinheiro novo dos credores, e se transformou, ao contrário, em exportador de recursos líquidos", comenta Chiarelli. Ele garante que não é contra os investimentos externos no país ("a comissão não é xenófoba"), mas se mostra preocupado com a garantia do governo de que a saída para garantir o crescimento é a negociação com os credores externos. "Do jeito que está, essa negociação só atende a alguns interesses privados e de grupos", garante.

No estudo da Comissão da Dívida Externa, os senadores comentam que de US\$ 42 bilhões em 1973, a dívida pulou para US\$ 101 bilhões em 1985 e para US\$ 121 bilhões em 1988, dos quais 24,9%, ou US\$ 30 bilhões, provocados pelos juros e spreads (taxas de risco) cobrados sobre juros e spreads devidos anteriormente. Os bancos estrangeiros detêm 60% da dívida, as instituições governamentais e multilaterais 32%, enquanto 8% da dívida brasileira foram contraídas com agências de bancos brasileiros no exterior ("isso representa três vezes a dívida externa do Uruguai e cinco vezes a do Paraguai", comenta Chiarelli).

"O país paga, como encargo da dívida, 4,2% de seu Produto Interno, mais do que o dobro do que pagava a Alemanha como compensação aos aliados por ter provocado e perdido a Primeira Grande Guerra", acusa Chiarelli. "Perdemos duas guerras por ano, sem ter agredido ninguém."